



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO
PRESENCIAL Nº 10/2026

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE
MATERIAIS ESPORTIVOS, PARA ATENDIMENTO DAS
NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM.**

Aprovação Jurídica:

Este Edital **FOI APROVADO** pela Assessoria de Licitação do Município Tefé/AM, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2026 – SRP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ/AM**, por intermédio de seu Agente de Contratação, designado nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial**, do tipo **menor preço por item**, sob o **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e demais normas correlatas, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DADOS GERAIS DO CERTAME

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de Julgamento: Menor Preço por Item

Regime de Contratação: Sistema de Registro de Preços – SRP

Processo Administrativo nº: 65/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM., conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

Data da Sessão Pública: 15 de Julho de 2026

Horário da Sessão: 09h00min, horário local (Tefé/AM)

Local da Sessão: Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, situada na Rua Campinas, s/n, Bairro Santa Tereza, Tefé/AM, 4º andar. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal da Transparência do Município de Tefé/AM.

Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia da sessão pública

Licitação Exclusiva para ME/EPP? (X) Sim () Não

Itens Exclusivos ME/EPP ou Reserva de Cota? (X) Sim (X) Não

Vistoria Técnica: () Facultativa () Obrigatória (X) Não se aplica

Amostra/Catálogo: () Sim (X) Não

Contato: semaf.licitacao@tefe.am.gov.br

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias Municipais participantes, conforme indicação constante no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, observada a disponibilidade orçamentária e financeira no momento da efetiva contratação, emissão da nota de empenho ou instrumento equivalente.

DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O presente certame será conduzido por **Agente de Contratação**, auxiliado por sua equipe de apoio, conforme designação oficial e nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A **sessão pública será realizada presencialmente**, em local e horário definidos neste Edital, com a participação dos licitantes credenciados e registro físico em ata circunstanciada de todas as fases do procedimento.

2.3. O procedimento licitatório será regido pelas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar nº 123/2006** (com as alterações da LC nº 147/2014 e LC nº 155/2016), e pelas demais normas regulamentares vigentes.

2.4. Na hipótese de **inexistência de expediente** na data designada para a sessão pública, esta será automaticamente transferida para o **primeiro dia útil subsequente**, no mesmo local e horário, salvo disposição em contrário publicada em aviso específico.



ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para eventual aquisição de materiais esportivos, para atendimento das necessidades da prefeitura do município de Tefé/AM., conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência — Anexo I deste Edital.

1.2. A descrição detalhada do objeto, com as especificações técnicas mínimas por item, as unidades de fornecimento e os quantitativos anuais estimados estão estabelecidos no Anexo I — Planilha de Itens, parte integrante deste instrumento convocatório, e deverão ser minuciosamente observados pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços. Os quantitativos possuem caráter meramente estimativo em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, não gerando obrigação de aquisição mínima pela Administração, conforme art. 82, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Trata-se de fornecimento de bens comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, passíveis de especificação clara e objetiva de desempenho e qualidade, sendo adotada a modalidade Pregão, em sua forma Presencial, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e objetiva fundamentada nas especificidades de conectividade, logísticas e de controle do Município de Tefé/AM, consubstanciada no Laudo Técnico nº 001/2026/SEDECTI/PMT, de 24 de março de 2026, juntado ao processo administrativo.

1.4. O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sendo mantido sob sigilo até o encerramento da etapa de lances da sessão pública, quando será tornado público, nos moldes do art. 24, da Lei nº 14.133/2021:

ORÇAMENTO SIGILOSO — ART. 24 DA LEI Nº 14.133/2021

O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso e será mantido sob sigilo até o encerramento da etapa de lances da sessão pública, quando será tornado público. A pesquisa de preços que fundamentou a estimativa foi elaborada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e encontra-se acostada aos autos do processo administrativo como documento sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. A pesquisa de preços que fundamentou a estimativa foi elaborada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando as seguintes fontes hierarquizadas: (i) Pannel de Preços do Governo Federal; (ii) Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP; (iii) contratos e atas anteriores do Município de Tefé/AM; (iv) cotações formais junto a no mínimo 3 (três) fornecedores regionais com atuação compatível com o modal fluvial do Médio Solimões; (v) portais de transparência de outros municípios do Estado do Amazonas e do sítio eletrônico do TCE-AM. Os documentos encontram-se acostados aos autos como documentos sigilosos.

1.5. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, podendo ser prorrogada excepcionalmente por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da manutenção dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2. DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados nas dotações orçamentárias dos 17 (dezessete) órgãos e unidades demandantes, consignadas na Lei Orçamentária Anual — LOA do Município de Tefé/AM para os exercícios alcançados pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme discriminado na tabela abaixo e no Termo de Referência — Anexo I deste Edital:

Órgão: Prefeitura Municipal de Tefé

Órgão: Fundo Municipal de Educação

Órgão: 021301 Fundo Municipal de Assistência Social

2.1.1. O elemento de despesa aplicável a todos os órgãos e unidades listados é 3.3.90.30.00 — Material de Consumo. As dotações orçamentárias serão confirmadas na respectiva Nota de Empenho, emitida por cada órgão demandante quando da efetivação do fornecimento, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.2. O valor estimado total da contratação possui caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, e será tornado público após o encerramento da fase de lances. A adequação e disponibilidade orçamentária estão asseguradas pelas dotações indicadas no item 2.1 deste Edital.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

2.3. Em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, o empenho das despesas dar-se-á apenas quando da emissão das Ordens de Fornecimento, de acordo com as necessidades de cada secretaria ou órgão demandante, observado o art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023. A Administração não estará obrigada a adquirir o quantitativo total estimado, conforme art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1. Esta licitação será realizada na forma de Pregão Presencial, com adoção do Sistema de Registro de Preços — SRP, e observará, em todos os seus atos e fases, as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos —, bem como a legislação complementar indicada no item 3.2 deste Edital, as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, no Termo de Referência — Anexo I, e nas demais peças que compõem o processo administrativo.

3.2. O presente certame é regido pelo seguinte marco normativo, aplicável em caráter complementar e subsidiário ao disposto na Lei nº 14.133/2021:

Diploma / Instrumento	Aplicação no Certame
Lei Federal nº 14.133/2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos — norma geral e principal fundamento do certame
LC nº 123/2006 e LC nº 147/2014	Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte — tratamento favorecido, empate ficto e benefícios às ME/EPP
IN SEGES/ME nº 65/2021	Pesquisa de preços para aquisições de bens e contratação de serviços em geral — metodologia e hierarquia de fontes
Decreto Federal nº 11.462/2023	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito federal, aplicado subsidiariamente
Decreto Federal nº 10.947/2022	Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações — DFD, ETP e PCA
Decreto Municipal nº 033/2026	Tratamento favorecido às ME/EPP sediadas local e regionalmente — preferência de até 10% e licitação exclusiva
Decreto Municipal nº 034/2026	Procedimento de diligência para aferição de exequibilidade — indicio de inexecuibilidade ≤ 75% do orçamento estimado
Laudo Técnico nº 001/2026/SEDECTI/PMT	Comprovação técnica da inviabilidade do Pregão Eletrônico — latência média 42,63 ms, picos de 891 ms, sistema Zabbix, período 13/02 a 13/03/2026

3.3. Justificativa da opção pela forma Presencial. Nos termos do art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial desde que motivada:

"Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: (...) § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo." (grifo nosso)

3.3.1. A adoção da forma Presencial está devidamente motivada nos autos do processo administrativo, com fundamento nos seguintes elementos técnicos, objetivos e documentalmente comprovados:

FUNDAMENTOS TÉCNICOS DA ADOÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

(i) Inviabilidade técnica comprovada da modalidade eletrônica: o Laudo Técnico nº 001/2026/SEDECTI/PMT, de 24 de março de 2026, elaborado com base em monitoramento contínuo pelo sistema Zabbix (13/02 a 13/03/2026),

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

demonstrou latência média de 42,63 ms com picos de até 891 ms, recorrência sistemática de interrupções de conectividade e ausência de garantia de continuidade ininterrupta de conexão durante períodos prolongados, tornando inviável a realização de sessão de lances em plataforma eletrônica, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. (ii) Perfil dos fornecedores locais e regionais: o universo de fornecedores com logística compatível com o Município de Tefé/AM é composto majoritariamente por ME/EPP do interior do Amazonas, com restrições de certificação digital e de conectividade, cuja participação é ampliada pela modalidade presencial, em conformidade com o Decreto Municipal nº 033/2026. (iii) Controle de exequibilidade: a modalidade presencial permite ao Agente de Contratação realizar diligências imediatas sobre propostas suspeitas e aplicar o procedimento do Decreto Municipal nº 034/2026 (índice de inexecutabilidade $\leq 75\%$ do orçamento) com maior eficácia, prevenindo contratações fadadas ao inadimplemento.

3.4. Registro em ata e gravação em áudio e vídeo. Em atendimento ao art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, a sessão pública do presente Pregão Presencial será:

(i) registrada em Ata circunstanciada, lavrada pelo Agente de Contratação, contendo todos os atos praticados na sessão, com identificação dos licitantes credenciados, lances ofertados, decisões proferidas e eventuais impugnações, recursos ou manifestações, devidamente assinada ao final pelos presentes;

(ii) gravada em áudio e vídeo, durante toda a sessão pública, incluindo abertura, fase de lances, análise de propostas, habilitação, adjudicação e encerramento. A gravação ficará arquivada nos autos do processo administrativo pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, podendo ser utilizada como meio de prova em procedimentos administrativos, judiciais ou de controle externo.

3.4.1. A responsabilidade pela gravação da sessão caberá ao Agente de Contratação, que providenciará os equipamentos necessários com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas em relação ao início da sessão, conforme previsto no Risco 11 do Mapa de Riscos do processo (DFD nº 08/2026).

3.5. Publicidade e prazos mínimos. O presente Edital será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, conforme art. 54, caput, da Lei nº 14.133/2021, e os prazos mínimos para apresentação de propostas serão observados conforme o art. 55, § 1º, I, da mesma lei, que para o Pregão Presencial é de no mínimo 8 (oito) dias úteis entre a publicação do edital e a realização da sessão pública.

3.6. O presente certame observará a sequência prevista no art. 17, caput, da Lei nº 14.133/2021, com análise dos documentos de habilitação realizada após o encerramento da fase de lances, procedendo-se à habilitação apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar em cada item, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Tratamento favorecido às ME/EPP. O presente certame assegura às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na LC nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 033/2026, incluindo o empate ficto (art. 44 da LC nº 123/2006), a regularização fiscal tardia (art. 43, § 1º), a licitação exclusiva e a cota reservada de 25%, a preferência de até 10% para ME/EPP sediadas no âmbito local (Tefé/AM e municípios adjacentes) e no âmbito regional (Estado do Amazonas), conforme arts. 6º a 9º do referido Decreto.

3.8. Controle de exequibilidade. Nos termos do Decreto Municipal nº 034/2026, propostas com valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do orçamento estimado serão consideradas com índice de inexecutabilidade, ficando o licitante obrigado a demonstrar, no prazo fixado pelo Agente de Contratação, a viabilidade econômica de sua proposta mediante documentação comprobatória (planilhas de custo, contratos vigentes, faturas e notas fiscais). O ônus da prova da exequibilidade é do licitante, nos termos do art. 4º, § 2º, do referido Decreto.

3.9. Orçamento sigiloso. O valor estimado do objeto é classificado como informação sigilosa, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sendo mantido sob sigilo até o encerramento da etapa de lances, quando será tornado público e constarão dos registros do PNCP. A divulgação antecipada do orçamento estimado é vedada, sob pena de nulidade do certame.

3.10. Casos omissos. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na LC nº 123/2006, na IN SEGES/ME nº 65/2021, no Decreto nº 11.462/2023, nos Decretos Municipais nº 033 e nº 034/2026, e nos princípios gerais do Direito Administrativo, cabendo ao Agente de Contratação decidir, de forma fundamentada, com registro nos autos do processo.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas comerciais registradas na Junta Comercial que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, constante deste Edital e seus Anexos.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

3.2. A verificação da compatibilidade do objeto da contratação com a atividade do licitante dar-se-á na fase de credenciamento.

3.3. Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.4. NÃO poderão participar deste Pregão:

a) Empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial, dissolução ou liquidação.

a.1. Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado, juntamente com a Certidão Positiva de Recuperação Judicial, o Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, o qual certifica que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração Pública. Ressalte-se que tal apresentação não substitui a comprovação da qualificação econômico-financeira, demonstrando apenas o acolhimento judicial do plano de recuperação.

b) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas ou que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ficando sujeitas às penalidades previstas nos arts. 155 a 163 e 337-M, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Empresas que não atendam às exigências deste Edital.

d) Empresas cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.

e) Empresas que possuam como sócio, dirigente ou representante agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) Empresas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

g) Empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no país.

h) Empresas cujos representantes não fizerem presença na sessão pública.

i) Empresas citadas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, direta ou indiretamente, quanto à disputa da licitação ou execução do contrato.

3.5. A observância das vedações previstas neste item é de inteira responsabilidade do licitante, que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

4. DA CONSULTA E ENTREGA DO EDITAL

4.1. Edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no site oficial da Prefeitura de Tefé/AM, pelo e-mail semaf.licitacao@tefe.am.gov.br, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e no portal de transparência da Prefeitura de Tefé.

4.2. O edital também poderá ser retirado na Comissão Permanente de Licitação, localizada na sede administrativa do Poder Executivo, Travessa Wilson Chagas, s/n, Centro de Gestão Pública, setor de Licitações e Contratos, Bairro de Juruá.

"Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. § 1º A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame." (grifo nosso)

Instrumento	Legitimado	Prazo de Protocolo	Prazo de Resposta
Esclarecimento	Qualquer pessoa / licitante	Até 3 dias úteis antes da abertura	3 dias úteis (art. 164, §1º)
Impugnação	Qualquer pessoa / licitante	Até 3 dias úteis antes da abertura	3 dias úteis (art. 164, §1º)

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Recurso	Licitante — após a sessão pública	Na própria sessão (intenção) + 3 dias para razões	3 dias para contrarrazões
---------	-----------------------------------	---	---------------------------

5.2. Meios de protocolo. As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser formalizados por escrito e protocolados, alternativamente, por um dos seguintes meios:

(i) Presencialmente, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Tefé/AM, situado à Av. Brasília, s/nº, Bairro Juruá, CEP 69.552-275, em dias úteis, no horário das 08h00 às 14h00, mediante recibo de protocolo com data e hora de recebimento;

(ii) Por meio eletrônico, mediante envio ao endereço de e-mail oficial da Comissão Permanente de Licitações: semaf.licitacao@tefe.am.gov.br, com confirmação de leitura, ou através do Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, quando disponível a funcionalidade para o presente certame.

5.2.1. O pedido intempestivo — protocolado após o prazo previsto no item 5.1 — não suspenderá o curso do certame, podendo ser considerado apenas como subsídio informativo para a autoridade competente, sem obrigação de resposta formal.

5.3. Prazo de resposta. A resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento será proferida pelo Agente de Contratação, com apoio da Assessoria jurídica da Comissão de Licitação do Município quando envolver matéria de interpretação jurídica ou técnica, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, nos termos do art. 164, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Publicidade das respostas. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município de Tefé/AM, vinculando todos os licitantes e interessados, independentemente de comunicação individual, nos termos do art. 164, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.4.1. As respostas poderão ser comunicadas, adicionalmente, por e-mail ao impugnante ou requerente que tenha informado endereço eletrônico válido em seu pedido. A comunicação por e-mail tem caráter meramente informativo e não substitui a publicação no PNCP como meio oficial de divulgação.

5.5. Efeito suspensivo. A impugnação não possui efeito suspensivo automático sobre o certame. Caberá ao Agente de Contratação, de forma motivada e presentes razões de interesse público, conceder o efeito suspensivo quando houver plausibilidade da alegação do impugnante, nos termos do art. 164, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Acolhimento da impugnação. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, com a devida retificação do ato convocatório, nos termos do art. 164, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito a decisão definitiva e irrecorrível na esfera administrativa.

5.7. A apresentação de impugnação ou pedido de esclarecimento não impede o licitante de participar do certame nem de apresentar proposta, ressalvado o caso de o Agente de Contratação conceder expressamente o efeito suspensivo de que trata o item 5.5, hipótese em que a sessão pública ficará suspensa até decisão definitiva.

5.8. Sanção penal. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório incorre nas penas do art. 337-I do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), incluído pela Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções administrativas previstas neste Edital:

"Art. 337-I. Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente: Pena — reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa." (Código Penal, art. 337-I, incluído pela Lei nº 14.133/2021)

5.9. Eventual atraso na resposta pelo Agente de Contratação será comunicado formalmente ao requerente, com justificativa, nova data prevista para manifestação e publicação de aviso no PNCP, sem que o atraso implique, por si só, suspensão do certame ou preclusão do direito de resposta.

6. DAS FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

6.1. Para este certame, a sequência das fases será, nos termos do art. 17, caput, da Lei nº 14.133/2021:

- a) Credenciamento;
- b) Proposta;
- c) Habilitação.

6.2. A fase recursal será única, conforme disposto no art. 165 § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Ao iniciar a sessão, a Licitante deverá preferencialmente apresentar toda a documentação impressa em papel tamanho A4, utilizando apenas uma das faces da folha, para melhor organização interna processual.

7.2. Os documentos de credenciamento devem ser entregues à Comissão separadamente dos envelopes de documentação e propostas:

- a) Documento oficial de identidade com foto do representante presente (RG, CNH ou equivalente);
- b) Cópia do ato constitutivo da empresa em vigor (estatuto ou contrato social atualizado), devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ou respectiva consolidação; e
- c) Cópia do Cartão do CNPJ, com indicação das atividades econômicas (CNAE) compatíveis com o fornecimento de objeto Licitado.

O credenciamento de representante por procuração dar-se-á com a entrega dos seguintes documentos:

- a) Instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida em cartório competente, ou Termo de Credenciamento conforme modelo do Anexo XIII, outorgando ao representante poderes específicos para participar de licitação, formular lances verbais, assinar documentos e praticar todos os demais atos do certame; e
- b) Ato constitutivo da empresa outorgante (estatuto ou contrato social vigente), acompanhado de todas as alterações, ou respectiva consolidação, identificando o sócio administrador com poderes para constituir o procurador.

7.4. Juntamente ao termo ou instrumento de procuração, deverá ser apresentado o contrato ou estatuto social vigente da empresa, no qual conste a identificação do sócio administrador ou cláusula de administração. No caso de estatuto social, deverá ser acompanhado da ata de eleição do administrador.

7.5. No caso de representação por sócio administrador ou diretor, a condição deverá ser comprovada mediante apresentação de documento de identificação e contrato/estatuto social vigente.

7.6. No caso de representação por sócio sem poderes de administração, este deverá apresentar instrumento procuratório ou termo de credenciamento.

7.7. Quando da apresentação de contrato ou estatuto social de empresa ou requerimento de empresário, os documentos deverão estar devidamente autenticados por servidor público da Prefeitura de Tefé/AM ou por declaração de autenticidade assinada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

7.8. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante, vedada a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa.

7.9. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante (Orientação do TCU, Licitações & Contratos. Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª ed., p. 326).

7.10. O não credenciamento de representante legal na sessão pública, ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados, não inabilita o licitante, mas inviabiliza a formulação de lances verbais, a manifestação de intenção de recorrer e quaisquer atos que exijam a presença de representante legal.

7.11. Na fase de credenciamento será exigida, ainda:

- a) Apresentação da Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo do Anexo IV;
- b) Declaração, conforme modelo do Anexo V, para usufruto dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.

7.12. A utilização indevida dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 caracteriza fraude ao certame e crime previsto no art. 299 do Código Penal, sujeitando a empresa às penalidades previstas, inclusive impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por até 5 (cinco) anos.

7.13. Deverá ser apresentada Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2008, § 8º), com validade não superior a 60 (sessenta) dias.

7.14. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe do Pregão e juntados aos autos.

7.15. Os documentos apresentados em cópia deverão ser autenticados pela CPL em até 2 (dois) dias úteis antes do recebimento e abertura dos envelopes.

7.16. Somente poderá participar da fase de lances verbais o representante (Licitante) credenciado presente à sessão e que tenha os requisitos dos itens 3.1, 3.2 e 3.3.

7.17. O representante que não se fizer presente e não se credenciar ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar intenção de recorrer, de assinar atas e de representar a licitante durante a sessão.

7.18. A ausência ou retirada do representante em qualquer fase da sessão será considerada renúncia ao direito de oferecer lances e recorrer, salvo autorização expressa do Agente de Contratação.



ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

7.19. Somente as licitantes devidamente credenciadas poderão formular propostas verbais, declarar intenção de recorrer e praticar atos inerentes ao certame.

7.20. Os licitantes deverão apresentar os dois envelopes:

Envelope nº 01 – Proposta de Preços;

Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação.

7.21. A ausência de credenciamento implica que a empresa participará apenas com o preço constante em sua proposta escrita.

7.22. Deverá ser apresentada a Declaração independente da proposta de acordo com o modelo do anexo IX, em atendimento à Instrução Normativa 02, de 16/09/2009, oriunda do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Anexo I da Portaria da Secretaria de Direito Econômico 51, de 03/07/2010 e à meta estabelecida pela Declaração de Brasília no 2º Encontro da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis – ENACC.

8. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. A documentação exigida por este procedimento deverá ser apresentada, preferencialmente, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

8.2. Excepcionalmente, quando ocorrer a autenticação em local diferente do município onde se realizará a sessão, os documentos deverão ser acondicionados em 02 (dois) envelopes não transparentes, lacrados e separados, identificados como “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, conforme modelo abaixo:

PREFEITURA DE TEFÉ/AM

Envelope 01 - Proposta de Preços PREGÃO PRESENCIAL nº XXXXX - REGISTRO DE PREÇOS

Razão Social e CNPJ do licitante Endereço completo do licitante

Data e hora da abertura

01 (uma) via

PREFEITURA DE TEFÉ/AM

Envelope 02 - Documentos de Habilitação PREGÃO PRESENCIAL nº XXXXXX - REGISTRO DE PREÇOS

Razão Social e CNPJ do licitante Endereço completo do licitante

Data e hora da abertura

01 (uma) via

9. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Não serão aceitos pelo(a) Agente de Contratação (a) e sua Equipe de Apoio quaisquer envelopes ou documentos referentes à Proposta de Preços ou à Habilitação que sejam encaminhados pelo correio, e-mail ou por fax, ou apresentados fora da data e hora estabelecidas neste Edital.

9.2. Na apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser obedecidas as seguintes regras, sob pena de desclassificação:

a) A Proposta de Preços deverá ser apresentada em documento original, impresso em papel timbrado do licitante, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou cotações alternativas, redigida em língua portuguesa, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou representante legal ou procurador.

b) Caso a Proposta de Preços seja assinada por representante diverso do credenciado, deverá ser apresentada a comprovação dos poderes do signatário.

c) A Proposta de Preços deverá conter, além do nome empresarial, CNPJ, endereço completo e endereço eletrônico, as seguintes informações, sob pena de desclassificação:

Prazo para execução: 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo.

Condições de prorrogação, nos termos da legislação vigente.

d) Deverá constar na proposta ou em anexo à ela declaração de proposta econômica, onde menciona que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, se da proposta constar condições materiais mais vantajosas que as exigidas neste Edital, elas não serão consideradas para efeito de escalonamento das ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Declarações exigidas no edital (integralidade do objeto; qualidade da execução; concordância com o Termo de Referência).

Prazos de execução e local conforme Anexo I.

Registro de preços ofertados (unitários e global).

Preços expressos em algarismos e por extenso (havendo divergência, prevalecerá o valor por extenso; entre valores unitários e globais, prevalecerão os unitários).

Inclusão de todos os custos contratuais (tributos, taxas, seguros, frete, encargos trabalhistas e previdenciários etc.).

Especificações técnicas (com indicação de marca/modelo).

Declaração de inclusão de todos os encargos legais e trabalhistas.

Validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega.

Observância do modelo constante no Anexo VI.

d) A Proposta deverá ser apresentada também em mídia editável (preferencialmente pendrive), conforme modelo do Anexo III, com os mesmos valores ofertados no Anexo VI.

e) A Proposta deverá ser assinada pelo responsável técnico pelo representante legal da empresa.

f) Não serão aceitas propostas alternativas, com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou que contrariem as exigências do edital.

g) A apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições do Edital e seus anexos.

9.3. Além da Proposta, deverá constar declaração de que o valor compreende integralidade dos custos trabalhistas (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4. Serão desclassificadas as propostas que:

(i) apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

(ii) não atenderem às exigências do edital e anexos;

(iii) apresentarem preços excessivos, superiores ao estimado pela Administração.

9.5. Havendo dúvida quanto à exequibilidade de proposta com preços muito abaixo do orçado, o Agente de Contratação suspenderá a licitação e concederá prazo de 48 (quarenta e oito) horas para comprovação da viabilidade, mediante planilha analítica e documentos fiscais.

9.6. Documentos de habilitação

9.6.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por tabelião, por servidor da CPL ou publicação em órgão oficial, vedada a apresentação por fax ou e-mail.

9.6.2. Se a documentação não estiver completa ou correta, o proponente será inabilitado.

9.6.3. Documentos da matriz devem estar em nome da matriz; da filial, em nome da filial, salvo os emitidos somente para a matriz.

9.6.4. Para Habilitação Jurídica serão exigidos:

a) No caso de EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC

e) No caso de SOCIEDADE COOPERATIVA: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

f) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o PARTICIPANTE SUCURSAL, FILIAL OU AGÊNCIA;

g) No caso de EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.6.5 Os documentos indicados nos itens 9.6.4 deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 9.6.6 Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2008, § 8º) lembrando que será vistoriado o prazo de validade não superior a 60 (sessenta dias).
- 9.7 Quanto à **COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, serão exigidos:
- 9.7.1 Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ (consulta impressa do sítio oficial da RFB), com CNAE compatível com o objeto desta licitação.
- 9.7.2 Prova de inscrição no Cadastro Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, conforme a natureza tributária da atividade (ICMS/ISS) e compatível com o objeto.
- 9.7.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (RFB/PGFN), em validade.
- 9.7.4 Prova de regularidade para com o FGTS, mediante CRF emitido pela Caixa Econômica Federal, em validade.
- 9.7.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, em validade, quando aplicável.
- 9.7.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, em validade, quando aplicável.
- 9.7.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante CNDT, em validade.
- 9.8 As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública, observado o art. 43, §1º, da LC 123/2006 (com alterações da LC 147/2014).
- 9.9 Havendo restrição na regularidade fiscal de ME/EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, devendo a licitante apresentar toda a documentação na data da sessão, ainda que com restrição, nos termos do art. 43, §1º, da LC 123/2006 (LC 147/2014).
- 9.9.1 Certidões emitidas via internet poderão ter sua autenticidade confirmada pelo(a) Agente de Contratação (a) por meio de consulta on-line, juntando-se a comprovação aos autos.
- 9.10 Na ausência de prazo de validade informado pelo órgão emissor, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de emissão.
- 9.11 Para QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA serão exigidos:
- 9.11.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis balanço patrimonial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (Art. 69 da Lei 14.133/2021) e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 9.11.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicados na imprensa oficial, TRATANDO-SE DE SOCIEDADES POR AÇÕES.
- 9.11.3 As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ficam dispensadas da apresentação do documento constante do "item 6.7.", na forma do art. 3º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e suas alterações pelo Decreto nº 10.273, de 13 de março de 2024.
- 9.11.4 Para as empresas sujeitas a apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar os documentos abaixo relacionados:
- I) Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário (em modo SPED);
- II) Balanço Patrimonial (em modo SPED);
- III) Demonstração da média da Capacidade Financeira – Índice;
- IV) Demonstração de Resultado do Exercício (em modo SPED);
- V) Dados das assinaturas dos responsáveis pela elaboração dos documentos (em modo SPED);
- VI) Recibo de Entrega do Livro Digital (em modo SPED);
- VII) Termo de Autenticação de Livro Digital no órgão competente (em modo SPED);
- 9.11.5 Na hipótese de inexistência ou de inexigibilidade da Declaração de Habilidade Profissional – DHP no Estado em que o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis foram emitidas, o licitante deverá apresentar documento hábil emitido pelo Conselho Regional de Contabilidade respectivo, para comprovar tal fato.
- 9.11.6 Os índices de liquidez e solvência, cujos resultados deverão ser maiores ou iguais a 1 (um), serão calculados através das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

9.11.7 Serão inabilitados os licitantes que apresentarem ILG ou ISG menor do que 1.

9.11.8 Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados em uma das seguintes formas:

a) Publicados em Diário Oficial;

b) Publicados em Jornal;

c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; e

d) Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.11.9 A Proponente com menos de um ano de existência, deverá apresentar balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, juntamente com suas demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência maior ou igual a um ($>$ ou $= 1$), conforme fórmula abaixo:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11.10 A demonstração referida deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e por contador registrado no conselho regional de contabilidade – CRC.

9.11.11 Os licitantes deverão apresentar a Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial, expedida pela distribuidora da sede executiva do domicílio da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida até 90 (noventa) dias antes da sessão de abertura da licitação, sob pena de inabilitação.

9.12 A capacidade técnica será comprovada pelos seguintes documentos:

9.12.1. Para comprovação da qualificação técnica para fornecimento de Higiene Limpeza, serão exigidos:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, devidamente assinado, comprovando aptidão anterior para fornecimento parcelado higiene limpeza em condições compatíveis com o objeto licitado, observadas as seguintes diretrizes:

(i) O(s) atestado(s) deverá(ão) identificar o contratante, a empresa contratada, o objeto executado, o período de fornecimento e a quantidade do objeto;

(ii) Para fins de compatibilidade, será admitido atestado de fornecimento de higiene e limpeza em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo anual estimado para os itens do termo de referência, em conformidade com a jurisprudência do TCU;

(iii) O(s) atestado(s) poderá(ão) ser objeto de diligência pelo Agente de Contratação para verificação de autenticidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.13 Serão exigidos, ainda, como comprovação da Habilitação:

9.13.1 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo em anexo.

9.13.2 Declaração do próprio licitante de que não existem fatos que impeçam a participação no processo licitatório até a data de abertura do envelope de habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, podendo ser utilizado o modelo do Anexo.

9.13.3 Declaração do próprio licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação, conforme modelo anexo.

9.15.4 Declaração do próprio licitante de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros.

9.15.5 Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à habilitação, conforme (MODELO ANEXO).

9.15.5.1 Declaração de que não se encontra suspenso, inidôneo ou impedido de licitar/contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 14 inciso V da lei 14.133/2021.

9.15.6 Declaração de que os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com servidores efetivos investidos de cargos de direção, chefia e assessoramento, ou exerçam função gratificada e ainda que façam parte do departamento de compras, licitações e contratos, seja Agente de Contratação e ou membro da equipe de apoio, e da Comissão Municipal de Contratações Públicas do Poder Executivo ou que exerçam função de fiscalização e gestão de contratos oriundo do presente processo licitatório, agentes políticos, prefeito, vice-prefeito e ocupantes de cargos

ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

em comissão da prefeitura municipal de Tefé, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas neste.

9.15.7 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.15.8 Declaração de que dispõe de todos os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta de preço com total conhecimento do objeto da licitação, das condições de habilitação e cumprimento das obrigações contidas no Edital e seus anexos.

9.15.9 Declaração de que os compromissos assumidos com a Administração Pública e/ou particular não comprometem a execução do objeto lícitado.

9.15.10 Declaração que pratica mitigação nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

9.15.11 Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto lícitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

9.15.12 Declaração do licitante de que seu(s) (as) sócio(s) não possui (em) decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pelos crimes previstos nos artigos 29 e 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, ficando a Certidão Negativa Criminal a ser apresentada em momento contratual.

9.15 Alvará de Funcionamento do ano corrente;

9.16. Durante a fase de habilitação, o(a) Agente de Contratação (a) verificará, como condição para análise da documentação, a existência de eventual sanção impeditiva de participação ou futura contratação, mediante consulta aos cadastros oficiais:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ;
- c) Portal da Transparência do Governo Federal, quando se tratar de ME/EPP, para verificar o limite legal de receita bruta.

Constatada a existência de impedimento ou extrapolação do limite, a licitante será declarada inabilitada, nos termos da legislação aplicável.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, devendo estar previamente autenticados por cartório competente ou por servidor da Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

10.2. A prova de autenticidade de cópia de documento poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação do original, até 2 (dois) dias úteis antes do recebimento e abertura dos envelopes, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. É de inteira responsabilidade do licitante a conferência da autenticação efetuada pelo servidor da Administração.

10.4. Os documentos/certidões extraídos da internet devem ser apresentados em original ou cópia, sujeitando-se à verificação de sua autenticidade e validade no momento da sessão.

10.5. Caso o licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de filial, deverá apresentar, nos envelopes de proposta de preços, o CNPJ desse estabelecimento, observando que a habilitação será feita em relação ao estabelecimento indicado, exceto certidões que só podem ser emitidas em nome da matriz.

10.6. A Comissão considerará o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos para as certidões que não apresentarem, explicitamente, o período de validade, exceto aquelas expedidas pelas respectivas Juntas Comerciais.

10.7. Não será habilitado o licitante que:

- a) apresentar documentação de habilitação incompleta, incorreta ou em desacordo com o Edital e seus Anexos;
- b) apresentar documentação com rasuras;
- c) tiver sido multado por inadimplência e não comprovar o pagamento da multa;
- d) estiver elencado em pelo menos uma das situações previstas no item 10.4.

10.8. Caso o licitante vencedor tenha sede fora do Município de Tefé/AM, deverá indicar um procurador ou representante com domicílio neste Município para representá-lo.

10.9. No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante justificativa

ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

constante na ata da sessão pública e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.10. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DAS FASES DA SESSÃO PÚBLICA E PROCEDIMENTOS

11.1. Primeira Fase: Abertura da Sessão

- a) Conforme exigência legal, a sessão será gravada em áudio e vídeo e ficará os arquivos no youtube do município;
- b) A sessão ficará disponível na rede mundial de computadores e os arquivos serão mantidos em repositório eletrônico do Município, disponibilizado no site oficial e no Portal de Transparência.
- c) Na data, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital será aberta a sessão pública pelo(a) Agente de Contratação (a) Oficial, seguida do recebimento dos credenciamentos, da declaração de cumprimento dos requisitos da proposta de preços e de habilitação, das demais declarações previstas nos subitens do item 5 e dos envelopes de proposta de preços e de habilitação.

11.2. Segunda Fase: Formulação e Julgamento dos Lances Verbaís

- a) Finda a fase de credenciamento, o(a) Agente de Contratação (a) passará à abertura dos envelopes de propostas de preços, verificando a conformidade com as exigências do Edital e classificando o(s) licitante(s) que apresentar(em) o(s) menor(es) preço(s) global.
- b) Apenas os licitantes que apresentarem proposta em conformidade com o Edital poderão ofertar lances.
- c) Iniciada a abertura do primeiro envelope com Proposta de Preços, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes.
- d) Os lances serão ofertados pelo menor preço por item.
- e) O modo de disputa será aberto/fechado, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.
- f) A abertura e fechamento da fase de lances será feita pelo(a) Agente de Contratação (a).
- g) O Agente de Contratação convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando pelo licitante da proposta de maior preço, seguindo em ordem decrescente de valor.
- h) Somente os representantes previamente credenciados poderão formular lances.
- i) Os lances deverão ser inferiores aos últimos valores ofertados e registrados.
- j) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e sucessivos, sendo válido apenas o primeiro registrado.
- k) Os licitantes serão informados do recebimento dos valores consignados.
- l) O(a) Agente de Contratação (a) poderá excluir valores manifestadamente inexequíveis e/ou prejudiciais à condução do certame.
- m) Será oportunizada a apresentação de lances verbais até que não haja novos valores inferiores.
- n) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- o) Não será admitida desistência dos valores ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente aceito pelo(a) Agente de Contratação (a).
- p) A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado(a), implicará exclusão apenas da etapa de lances verbais.

11.3. Critérios de Desempate (art. 60 da Lei nº 14.133/2021)

- a) Disputa final, com nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente com uso de registros cadastrais;
- c) Desenvolvimento de ações de equidade de gênero no ambiente de trabalho;
- d) Desenvolvimento de programa de integridade, conforme orientações de órgãos de controle.

11.4. Preferências Sucessivas, Persistindo o Empate

- a) Empresas estabelecidas no Estado do Amazonas;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem práticas de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

11.5. Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de menor preço.

ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

11.6. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances e demais informações relativas à sessão constarão em ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas em lei.

12. DA PROPOSTA READEQUADA

12.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentar, no certame ou junto à Comissão de Licitação, a Proposta Readequada, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, no endereço da sede ou através do e-mail semaf.licitacao@tefe.am.gov.br, podendo, neste caso, ser assinada eletronicamente, contendo a(s) descrição(ões) do(s) objeto(s) licitado(s) e o(s) preço(s) final(is) ofertado(s) na sessão pública.

12.2. É facultado ao(à) Agente de Contratação (a) prorrogar o prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada do licitante, apresentada antes do seu término.

12.3. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados poderão ser devolvidos aos seus representantes, mediante solicitação formal em momento oportuno.

12.4. Na hipótese de não serem devolvidos, os referidos envelopes ficarão retidos com o(a) Agente de Contratação (a), na sede da Comissão Geral de Licitação do Município de Prefeitura Municipal de Tefé/AM, até ulterior deliberação e efetivo cumprimento da obrigação pelo(s) licitante(s) adjudicatário(s).

13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Agente de Contratação (a) poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, visando à obtenção de melhor preço.

13.2. Não havendo negociação, o(a) Agente de Contratação (a) examinará a aceitabilidade do valor ofertado, decidindo motivadamente a respeito, desde que o valor esteja de acordo com o preço estimado pela Administração.

13.3. Na hipótese de a proposta do(a) primeiro(a) colocado(a) permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Agente de Contratação (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.4. A negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicial, quando o(a) primeiro(a) colocado(a), mesmo após a negociação, for desclassificado(a) em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021).

13.5. Havendo apenas 1 (uma) oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda integralmente às condições do Edital, tenha preço compatível com o estimado pela Administração e esteja de acordo com a realidade de mercado.

13.6. Após a negociação do preço, o(a) Agente de Contratação (a) iniciará a fase de aceitação da proposta.

13.7. DO BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

13.7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) e houver proposta de ME/EPP até 5% superior à melhor oferta, aplicar-se-á o seguinte:

a) A ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a fase de lances, apresentar uma última oferta, necessariamente inferior àquela da primeira colocada.

b) Caso atenda às exigências habilitatórias, o objeto será adjudicado em seu favor.

c) Não sendo vencedora a primeira ME/EPP classificada, serão convocadas as demais ME/EPPs, pela ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

d) Havendo equivalência de valores entre ME/EPPs, será realizado sorteio para definir qual terá prioridade na apresentação da oferta.

13.7.2. O(a) Agente de Contratação (a) verificará os documentos que comprovem o enquadramento como ME/EPP para aplicação do tratamento diferenciado.

13.7.3. Na hipótese de não contratação nos termos acima, o objeto será adjudicado à proposta originariamente vencedora.

13.8. OUTRAS REGRAS DE NEGOCIAÇÃO

13.8.1. Quando houver apenas uma proposta escrita ou não forem formulados lances, o(a) Agente de Contratação (a) poderá negociar diretamente com o representante do proponente, buscando a obtenção de melhor preço.

13.8.2. O licitante vencedor que não apresentar lances não estará obrigado a reduzir seu valor, desde que este esteja dentro do valor orçado pela Administração.

ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

13.8.3. Quando houver apenas uma proposta escrita com valor superior ao orçamento pela Administração, o(a) Agente de Contratação (a), antes de desclassificar, deverá indagar se há possibilidade de reduzir o valor (unitário ou global). Persistindo valores acima do orçamento após 3 (três) rodadas, o(a) Agente de Contratação (a) poderá informar o valor estimado e verificar se o licitante tem interesse em igualar. Se houver aceitação, o objeto será adjudicado; caso contrário, a licitação será declarada fracassada.

13.8.4. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às condições e exigências do Edital;

b) apresentarem preços inexequíveis;

c) apresentarem preços excessivos em relação ao estimado pela Administração.

13.8.5. Serão considerados inexequíveis os preços comprovadamente insuficientes para cobrir os custos.

13.8.6. Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos, o(a) Agente de Contratação (a) poderá realizar diligências (art. 59, III e IV, da Lei nº 14.133/2021) para comprovação da viabilidade da proposta.

13.8.7. Serão considerados excessivos os preços superiores ao valor global estimado pela Administração, conforme mapa comparativo de preços constante nos autos.

13.9. DISPOSIÇÕES FINAIS DA NEGOCIAÇÃO

13.9.1. A simples participação no certame implica:

a) Pleno conhecimento e aceitação dos termos do Edital e Anexos, bem como a obrigação de cumpri-los integralmente, por conta e risco do licitante, sem possibilidade de alegar erro de cálculo posterior;

b) Dever da licitante vencedora de, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do encerramento da sessão, apresentar a Proposta de Preços readequada ao valor do lance vencedor;

c) Compromisso de executar ou fornecer o objeto licitado em total conformidade com as especificações do Edital e Anexos.

13.9.2. O descumprimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo da proposta não implicará afastamento da licitação ou nulidade do processo, conforme art. 12, III, da Lei nº 14.133/2021.

14. TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

14.1. Encerrada a fase de lances, o(a) Agente de Contratação (a) procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação do(s) licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) proposta(s) de preços ou lances verbais, verificando sua habilitação ou inabilitação.

14.2. Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado vencedor do item, sendo-lhe adjudicado o objeto, caso não haja interposição de recursos.

14.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, devendo a mesma, na data da licitação, apresentar toda a documentação exigida, ainda que com restrições, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da LC nº 147/2014.

14.4. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, termo de contrato ou retirada da autorização de compra, ou ainda revogar a licitação.

14.5. Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja inabilitado, o(a) Agente de Contratação (a) examinará a habilitação dos licitantes subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente aos requisitos do Edital.

15. DA RETIRADA DA SESSÃO

15.1. Qualquer licitante, por meio do seu representante legal presente, poderá solicitar a retirada da sessão, mediante o preenchimento obrigatório da declaração de retirada da sessão perante o(a) Agente de Contratação (a).

15.2. Caso não assine ou não queira assinar a declaração, ela será preenchida pelo(a) Agente de Contratação (a) ou equipe de apoio e assinada/identificada por até três testemunhas, preferencialmente licitantes presentes na sessão.

15.3. O licitante que se retirar da sessão pública, perderá automaticamente seu direito a ofertar lances, bem como a apresentação de recursos, prevalecendo sua proposta impressa como o seu melhor lance.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

16. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

- 16.1. O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão por MENOR LANCE POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 16.2. A licitação será subdividida em itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 16.3. Será declarado vencedor o licitante que ofertar menor lance para cada item e for declarado habilitado neste procedimento, satisfazendo os termos deste Edital e de seus Anexos.
- 16.4. Os preços ofertados serão considerados pelo valor expresso em moeda corrente nacional.
- 16.5. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.
- 16.6. No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas escritas, o(a) Agente de Contratação (a) obrigatoriamente efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.
- 16.7. A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas e os licitantes não quiserem ofertar lances verbais.
- 16.8. Ocorrendo a suspensão da sessão, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Equipe de Apoio e do(a) Agente de Contratação (a) todos os envelopes, devidamente rubricados e vistos pelos membros da Equipe, Agente de Contratação (a) e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que serão oficiadas às mesmas a data para prosseguimento do certame.
- 16.9. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes.
- 16.10. Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta de preços que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e em seus Anexos.
- 16.11. No julgamento dos documentos de habilitação, observar-se-ão as previsões legais e editalícias, sendo inabilitadas as empresas que não atenderem tais previsões, bem como apresentarem documentação fora do prazo de validade.
- 16.12. Após o encerramento da sessão, todos os envelopes contendo as documentações ficarão em poder do(a) Agente de Contratação (a) e da equipe de apoio e só serão devolvidos após a publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico dos Municípios, ou instrumento que o substitua.

17. DOS RECURSOS

- 17.1. Os recursos somente serão recebidos após a Habilitação, quando for(em) declarado(s) o(s) vencedor(es), momento em que qualquer licitante, caso haja interesse, deverá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer.
- 17.2. A partir da manifestação de intenção, será concedido ao licitante recorrente prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos na sala da Comissão Permanente de Licitação.
- 17.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, inclusive em função do não credenciamento ou da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito ao recurso em âmbito administrativo e consequente adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 17.4. Para efeito de interposição recursal e das contrarrazões, o limite máximo estabelecido será até às 13:00 horas do dia do vencimento do respectivo prazo, no Protocolo Geral da Comissão Permanente de Licitação, ou entregue através de e-mail, no seguinte endereço: semaf.licitacao@tefe.am.gov.br.
- 17.5. O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e deverá ser dirigido ao(a) Agente de Contratação (a).
- 17.6. Decorrido o prazo para apresentação de contrarrazões, o(a) Agente de Contratação (a) terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para se manifestar.
- 17.7. O(a) Agente de Contratação (a) poderá reconsiderar ou manter sua decisão.
- 17.8. Em todo caso, será necessária a manifestação da Assessoria Jurídica acerca das razões recursais, a fim de auxiliar no processo de tomada de decisão.
- 17.9. Após a manifestação do(a) Agente de Contratação (a), o processo será remetido à autoridade superior do órgão a fim de ratificar ou não a decisão.
- 17.10. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

17.11. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

17.12. Quando não interpuser as razões recursais dentro do prazo previsto, mesmo tendo o licitante manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão, será considerado precluso o direito ao recurso.

17.13. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata Circunstanciada, assinada pelos representantes presentes, pelo(a) Agente de Contratação (a), pela sua Equipe de Apoio e técnico(s) presentes.

18. DA ADJUDICAÇÃO

18.1. O objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e em seus Anexos, for declarado vencedor para o objeto licitado de acordo com os critérios de julgamento da(s) proposta(s), da documentação e dos recursos.

18.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias contados da sessão de abertura, e caso persista o interesse da Administração, esta deverá oficial ao licitante vencedor acerca do interesse em prorrogar a validade da proposta por igual período.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CONTRATO

19.1. Após a homologação do resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação, convocará os vencedores para assinatura da Ata de Registro de Preço, que tem efeito de compromisso futuro de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

19.2. O Órgão Gerenciador publicará na imprensa oficial o extrato da Ata de Registro de Preço, com a indicação do número da licitação em referência, itens, quantitativo e valores unitários e globais.

19.3. Ao assinar a Ata de Registro de Preço e, eventualmente, o Contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer o objeto adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e na proposta de preços apresentada, prevalecendo, em caso de divergência, as especificações e condições do Edital.

19.4. É facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste Edital, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preço ou Contrato, recusar-se a assiná-los ou retirar a autorização de compra no prazo e condições estabelecidas, ou ainda quando a Administração rescindir o contrato por inadimplência.

19.5. A existência de Registro de Preço não obriga a Prefeitura de Prefeitura Municipal de Tefé/AM a firmar contratações que dele possam advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.6. A Ata de Registro de Preço, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e desde que comprovada a vantagem.

19.7. Os órgãos e entidades não participantes que desejarem fazer uso da Ata deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador, encaminhando o Termo de Adesão, com indicação da quantidade solicitada.

19.8. O deferimento de adesão dependerá da anuência do fornecedor.

19.9. A aceitação pelo fornecedor estará condicionada a não gerar prejuízos aos compromissos assumidos na Ata.

19.10. As condições do registro deverão ser mantidas, salvo renegociações promovidas pelo Órgão Gerenciador.

19.11. O Órgão Gerenciador não responde pelos atos de unidade não participante.

19.12. As aquisições adicionais de órgãos não participantes não poderão exceder 50% dos quantitativos registrados.

19.13. O mesmo limite poderá ser aplicado para pedidos de órgãos participantes que ultrapassem os quantitativos registrados.

19.14. O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

19.15. A prorrogação excepcional da vigência dependerá de justificativa e comprovação de vantajosidade, mediante cotações anexadas ao processo.

19.16. A Ata vigorará até o consumo de todo o quantitativo registrado ou até o prazo de validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

19.17. A Ata poderá sofrer alterações, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

19.18. O preço registrado poderá ser revisto em caso de redução de mercado ou de elevação de custos, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações necessárias.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

19.19. Quando o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá negociar sua redução; frustrada a negociação, convocar os licitantes remanescentes ou revogar a Ata.

19.20. Quando o preço de mercado for inferior ao registrado e o fornecedor não puder cumpri-lo, o Órgão Gerenciador poderá negociar, liberar o fornecedor sem penalidade ou convocar os remanescentes, podendo, em último caso, revogar o item, lote ou toda a Ata.

19.21. Os preços registrados poderão ser atualizados nas hipóteses legais, devendo eventual alteração ser publicada oficialmente.

19.22. O preço registrado poderá ser cancelado quando:

- a) o beneficiário descumprir as exigências do Edital ou da Ata;
- b) houver inexecução total ou parcial do compromisso;
- c) não retirar a autorização de compra no prazo estabelecido;
- d) os preços se tornarem incompatíveis com o mercado e não forem ajustados;
- e) houver interesse público devidamente justificado;
- f) houver pedido do beneficiário em razão de caso fortuito ou força maior comprovados.

19.23. O cancelamento deverá ser comunicado:

- a) aos órgãos participantes e não participantes, via publicação oficial;
- b) aos beneficiários da Ata, por correspondência com AR.

19.24. Se, por motivo de força maior, a assinatura da Ata não ocorrer dentro do período de validade da proposta (90 dias da abertura), os licitantes ficam liberados do compromisso.

19.25. Caso persista o interesse da Administração, esta deverá oficial ao licitante vencedor sobre o interesse em prorrogar a validade da proposta por igual período.

19.26. DO CONTRATO, SE HOUVER

a) Poderá ser substituído por carta-contrato, nota de empenho ou autorização de compra.

b) Após a assinatura da Ata, o Órgão Gerenciador providenciará a indicação dos fornecedores, conforme Decreto Federal nº 11.462/2023.

c) O licitante deverá se fazer representar por profissional habilitado e autorizado a firmar o contrato.

d) A assinatura poderá ocorrer presencialmente ou por meio eletrônico.

e) O responsável pela assinatura deverá ser indicado na proposta de preços.

f) Não serão admitidas ressalvas ou protestos a tópicos contratuais em conformidade com a minuta.

g) O contrato deverá ser assinado no prazo de até 10 (dez) dias corridos da convocação, prorrogável uma vez por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

h) A Administração poderá convocar remanescentes ou revogar a licitação caso o vencedor não assine o contrato.

i) Não poderão contratar com o Município de Tefé/AM:

Pessoas jurídicas inadimplentes com o Município;

Pessoas jurídicas com sócios que sejam servidores municipais em funções de gerência, administração ou que possuam mais de 30% das cotas do capital social.

20. DA GARANTIA

20.1. A Prefeitura de Prefeitura Municipal de Tefé/AM deixa de exigir dos licitantes vencedores a prestação de garantia, fundamentando sua decisão no caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO

21.1. O objeto da presente licitação será recebido nos termos do art. 140 e seus incisos da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme o Termo de Referência, observando a sua conformidade com as previsões deste instrumento convocatório.

21.2. A solicitação para o fornecimento dos itens descritos, respeitados os quantitativos máximos registrados em ata, será feita de acordo com a necessidade da Administração Pública, por meio de emissão de autorização de compra. Após seu recebimento, o contratado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para a entrega dos materiais, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, sob pena de aplicação de penalidades, rescisão contratual e cancelamento do Registro de Preço.

21.3. O recebimento será realizado na sede da Prefeitura, no endereço constante do preâmbulo deste Edital, salvo se o Contratante exigir previamente a entrega em outro local.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 21.4. Eventual prorrogação do prazo, por motivo relevante, deverá ser justificada pelo licitante vencedor, mediante requerimento, para apreciação e anuência da Administração.
- 21.5. Caso a especificação do objeto não seja compatível com a constante deste Edital, a Administração Municipal fixará prazo para substituição ou reparação das inconformidades.
- 21.6. Se o licitante apresentar novamente objeto em desconformidade com as especificações previstas no Termo de Referência, o fato será considerado como inexecução total, ensejando rescisão da contratação e aplicação das penalidades cabíveis.
- 21.7. Na hipótese anterior, é facultado à Administração convocar o licitante classificado em segundo lugar para fornecer o objeto pelo preço ofertado ou pelo valor negociado, após análise e habilitação.
- 21.8. Os preços ofertados são fixos e irredutíveis até o limite de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura.

22. DO PAGAMENTO

- 22.1. O pagamento será realizado de acordo com as normas da Administração Pública, constatado o efetivo fornecimento e na forma da lei, devendo ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
- 22.2. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.
- 22.3. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.
- 22.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará aprovação definitiva das compras efetuadas, total ou parcialmente.
- 22.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, sem acarretar qualquer ônus para a Contratante.
- 22.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) não produziu os resultados acordados;
 - b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior às demandadas.
- 22.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 22.8. A Contratada optante pelo Simples Nacional, instituído pelo art. 12 da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo regime, em relação às receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração prevista no art. 6º da IN RFB nº 1.234/2012.
- 22.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente da Contratada, ou por outro meio previsto em lei.
- 22.10. Será considerada como data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- 22.11. A Contratante não se responsabilizará por quaisquer despesas efetuadas pela Contratada que não tenham sido acordadas no contrato.
- 22.12. Nos casos de atraso no pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, o valor devido será acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, conforme fórmula:
- $$EM = I \times N \times VP,$$
- sendo:
- EM = encargos moratórios;
- I = índice de compensação financeira = 0,00016438;
- TX = taxa de juros de mora anual (6%);
- N = número de dias de atraso;
- VP = valor da parcela em atraso.
- 22.13. Em cumprimento ao Parecer nº 004/2010 – Pleno TCE/AM, o Fornecedor deverá comprovar, no pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista mediante apresentação dos seguintes documentos:



ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- I – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo contribuições previdenciárias;
 - II – Certificado de Regularidade do FGTS;
 - III – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
 - IV – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
 - V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.
- 22.14. Os documentos deverão ser atestados pela Secretaria Municipal de Finanças e pelo Departamento de Controle Interno do Município.

23. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

23.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços.

24. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

24.1. Compete ao Prefeito de Tefé/AM revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade decorrente de ato praticado no âmbito da Comissão, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem prejuízo da possibilidade de novo exame pela autoridade competente para homologar a licitação.

24.2. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25. DAS ATRIBUIÇÕES DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

25.1. O(a) Agente de Contratação (a) poderá:

25.1.1. Dar tolerância para o recebimento do credenciamento, da declaração e dos envelopes de proposta de preços e de habilitação, nunca superior a 5 (cinco) minutos a partir da hora marcada de início da sessão, sendo as demais licitantes retardatárias limitadas apenas à participação como ouvintes, visando a maior competitividade.

25.1.2. Considerar iniciada a sessão com os licitantes presentes, sem prejuízo da tolerância acima.

25.1.3. Encerrar a tolerância após o término do credenciamento de todos os licitantes presentes ou com o decurso do prazo de 5 (cinco) minutos, o que ocorrer primeiro.

25.1.4. Considerar erro formal a identificação incompleta ou incorreta dos envelopes de documentação e de proposta de preços, ou inversão dos conteúdos, desde que não comprometa a clareza, a análise e a validade da proposta.

25.1.5. Desconsiderar item(s) que, por qualquer motivo, inclusive por pedido da Administração Municipal, tiver(em) que ser retirado(s), mantendo a licitação em relação aos demais.

25.1.6. Desconsiderar erros meramente formais, desde que não resultem na necessidade de juntada de novos documentos, tanto na fase de análise das propostas quanto na de habilitação.

25.1.7. Solicitar ao representante legal do licitante a complementação de informações como telefone, fax, dados bancários, assinaturas, datas, rubricas ou dados do representante legal, quando ausentes na proposta.

25.1.8. Corrigir automaticamente erros de soma e/ou multiplicação na proposta de preços, bem como inserir dados como CNPJ e/ou endereço completo do licitante a partir de documentos apresentados no envelope.

25.1.9. Considerar, na ausência de indicação do prazo de entrega/execução, o prazo estabelecido neste Edital.

25.1.10. Fixar o tempo máximo para lances verbais e avisar os licitantes quando decidir pela última rodada, que poderá ocorrer antes do esgotamento do tempo estipulado.

25.1.11. Estabelecer intervalo mínimo de diferença entre lances de R\$ 0,20 (vinte centavos).

25.1.12. Monitorar os preços durante a fase de lances verbais, desclassificando propostas inexequíveis ou excessivas, ou ainda negociar diretamente com os licitantes.

25.1.13. Prosseguir a fase de lances verbais para definição do segundo colocado, aplicando os mesmos critérios da definição do primeiro.

25.1.14. Solicitar, em qualquer fase da licitação, parecer técnico e/ou jurídico sobre a regularidade da documentação ou consultar especialistas externos, quando necessário, para subsidiar suas decisões.

25.1.15. Suspender a reunião quando oportuno, comunicando os licitantes presentes na sessão ou notificando-os futuramente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sobre a nova data.

ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 25.1.16. Solicitar ao(s) vencedor(es) comprovação da exequibilidade do objeto, mediante documentação que demonstre a viabilidade do fornecimento ou execução.
- 25.1.17. Encaminhar cópias dos documentos e relatório específico à Administração Municipal, para apuração dos fatos e aplicação das medidas cabíveis.
- 25.1.18. Atuar dentro das demais atribuições previstas na legislação vigente.
- 25.1.19. Praticar todos os atos inerentes ao certame, previstos nos dispositivos legais aplicáveis.
- 25.1.20. Registrar todas as ocorrências e decisões na ata circunstanciada.
- 25.1.21. Havendo inabilitação da primeira colocada após a fase de lances, poderá retornar à referida fase a partir da segunda colocada, vinculando-se aos valores já ofertados entre o primeiro e o segundo licitante classificados, observando as regras de lances previstas neste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Contratante, as sanções administrativas em relação à Contratada, garantida a prévia defesa, serão:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso ou por ocorrência, até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, uma vez comunicada oficialmente;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura de Tefé/AM, por prazo não superior a 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

26.2. A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais cominações editalícias e legais.

26.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia (caso tenha sido exigida), além da perda desta, a empresa penalizada responderá pela diferença.

26.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

26.5. No caso das alíneas "a" a "c", ficará garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência da intimação; e no caso da alínea "d", no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

26.6. A declaração de inidoneidade será de competência exclusiva do Prefeito, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.7. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" poderão ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por fraude fiscal;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

26.8. Ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Tefé pelo prazo de até 3 (três) anos, o licitante que:

- a) deixar de entregar documentação exigida;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) praticar atos ilícitos para frustrar a licitação, como credenciamento viciado, retirada do representante antes da fase de lances ou conluio;
- d) interpor recurso manifestamente protelatório;
- e) convocado, recusar ou não celebrar o contrato, ou não apresentar situação regular;
- f) ensejar retardamento na execução do certame;
- g) não manter a proposta, injustificadamente;
- h) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo;
- j) fizer declaração falsa;
- k) cometer fraude fiscal.

26.9. As penalidades serão registradas no Cadastro de Fornecedores ou, em caso de impossibilidade, publicadas no Diário Eletrônico dos Municípios, juntamente com o descredenciamento do licitante.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 26.10. A desistência de qualquer licitante após a abertura das propostas e antes da homologação sujeitará o mesmo à multa de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, salvo motivo justo aceito pelo(a) Agente de Contratação (a).
- 26.11. O licitante vencedor que, após a adjudicação, recusar-se a assinar o contrato, salvo motivo justo aceito pelo Ordenador de Despesas, também estará sujeito à multa de 10% (dez por cento).
- 26.12. O valor mínimo da multa por desistência será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dependendo da fase em que se encontre o certame.
- 26.13. A multa deverá ser recolhida em até 5 (cinco) dias úteis da comunicação oficial.
- 26.14. Do ato que aplicar a sanção caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, exceto na alínea “d”, cujo prazo será de 10 (dez) dias úteis.
- 26.15. Caso o licitante não recolha a multa no prazo, será inscrita na Dívida Ativa do Município.
- 26.16. Se algum ato do licitante se enquadrar nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, os autos do certame serão encaminhados ao Ministério Público para as devidas providências.

27. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 27.1. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade dos documentos e propostas de preços apresentados durante a sessão de abertura, bem como pelas informações prestadas em qualquer época ou fase da licitação.
- 27.2. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificativa.
- 27.3. No caso previsto no item anterior, nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.
- 27.4. Fica expressamente estipulado que não se estabelece, por força da execução do objeto deste certame, qualquer relação de emprego entre a Prefeitura de Tefé e os empregados da Contratada.
- 27.5. O licitante poderá solicitar esclarecimentos sobre este Edital, por escrito, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data da sessão de abertura.
- 27.6. Para efeito de ingresso com pedidos de esclarecimento ou impugnação, o limite máximo estabelecido será até às 13h00 do dia do vencimento do respectivo prazo, na sala de atendimento da Comissão Permanente de Licitação – CPL, no endereço constante do preâmbulo deste Edital.
- 27.7. O Edital, a(s) proposta(s) vencedora(s), as necessárias publicações e as atas circunstanciadas farão parte integrante do contrato ou instrumento equivalente que vier a substituí-lo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 27.8. O Edital está disponibilizado para leitura e/ou obtenção no endereço indicado no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 08h00 às 12h00, mesmo período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 27.9. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:
- a) Termo de Referência (Anexo I);
 - b) Estudo Técnico Preliminar (Anexo II)
 - c) Proposta de Preços (Anexo III);
 - d) Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos da Habilitação (Anexo IV);
 - e) Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo V);
 - f) Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho (Anexo VI);
 - g) Declaração de Recebimento do Edital e documentos (Anexo VII);
 - h) Declaração de Veracidade (Anexo VIII);
 - i) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (Anexo IX);
 - j) Declaração de Proposta Independente (Anexo X);
 - k) Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo XI);
 - l) Termo de Credenciamento (Anexo XII);
 - m) Declaração de inexistência de servidor público municipal nos quadros da empresa (Anexo XIII);

28. DO FORO

- 28.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro deste Município, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

29. JUSTIFICATIVA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

29.1. A adoção da forma Presencial para o presente certame, em detrimento da forma eletrônica preferencialmente prevista no art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021, está devidamente motivada nos autos do processo administrativo, com fundamento nos seguintes elementos técnicos, objetivos e documentalmente comprovados:

- I. LAUDO TÉCNICO Nº 001/2026/SEDECTI/PMT — Inviabilidade técnica comprovada do Pregão Eletrônico
- II. Perfil de fornecedores locais e regionais — restrições de conectividade e certificação digital
- III. Controle de exequibilidade — maior eficácia na modalidade presencial (Decreto Municipal nº 034/2026)
- IV. Jurisprudência do TCU e do TCE/AM — reconhecimento da legalidade quando devidamente fundamentada
- 29.2. Inviabilidade técnica comprovada. O Laudo Técnico nº 001/2026/SEDECTI/PMT, de 24 de março de 2026, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação de Tefé/AM, assinado pelo Secretário Municipal Naldo de Souza Oliveira (Decreto nº 003/2025) e juntado aos autos, demonstrou objetivamente as condições técnicas da rede de dados dos órgãos municipais, com base em monitoramento contínuo pelo sistema Zabbix no período de 13 de fevereiro a 13 de março de 2026:
- (i) Latência média de 42,63 ms, com picos máximos de 891 ms — o limite adequado para estabilidade operacional em plataformas licitatórias é de 150 ms;
 - (ii) Recorrência sistemática de picos de latência entre 200 ms e 800 ms ao longo do período monitorado;
 - (iii) Registros de interrupções temporárias de conectividade com posterior restabelecimento automático e limitada redundância de backbone; e
 - (iv) Ausência de garantia de continuidade ininterrupta de conexão durante períodos prolongados, com influência de fatores ambientais e estruturais da região amazônica.

"A conclusão técnica do Laudo é expressa e inequívoca: não é possível assegurar a manutenção de conectividade plenamente estável e ininterrupta durante períodos contínuos de operação que dependam integralmente de acesso à internet." (Laudo Técnico nº 001/2026/SEDECTI/PMT)

29.3. Perfil dos fornecedores locais e regionais. O universo de fornecedores de higiene limpeza com logística compatível com o Município de Tefé/AM é composto majoritariamente por ME/EPP sediadas no interior do Estado do Amazonas, muitas das quais não dispõem de certificado digital, infraestrutura de conectividade adequada para participar de plataformas eletrônicas de licitação, ou capacidade técnica para operação em ambiente virtual. A modalidade presencial amplia significativamente a competitividade ao incluir esse universo de fornecedores locais e regionais, em conformidade com os objetivos do Decreto Municipal nº 033/2026.

29.4. Controle de exequibilidade e segurança jurídica. Em certames anteriores realizados na modalidade eletrônica, verificou-se a apresentação de propostas com preços manifestamente inexequíveis, decorrentes de dificuldades de interação em tempo real com os licitantes durante a sessão virtual. A modalidade presencial, conduzida diretamente pelo Agente de Contratação, permite a verificação imediata de propostas suspeitas, a aplicação do procedimento de aferição de exequibilidade previsto no Decreto Municipal nº 034/2026 com maior eficácia, e a prevenção de contratações fadadas ao inadimplemento.

29.5. Interesse público e eficiência administrativa. A escolha da modalidade presencial representa a solução mais eficiente e segura para o interesse público nas condições concretas do Município de Tefé/AM, em conformidade com o princípio da eficiência (art. 37, caput, da CF/1988) e com os objetivos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021. A adoção do Pregão Presencial está alinhada à jurisprudência do TCU (Acórdão nº 1.284/2020-Plenário) e do TCE/AM, que reconhecem a legalidade da modalidade presencial quando devidamente fundamentada nas especificidades do caso concreto.

Tefé/AM, 25 de junho de 2026.

BERLAN TANANTA DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação
Dec. Mun. nº 019/2025



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

15 de Junho • TEFÉ • 1855





ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO II – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

15 de Junho • TEFÉ • 1855





ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Tefé/AM
LOCAL: COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ENDEREÇO: (...).
DATA: (...)
HORA: (...) Hs

Nome de Fantasia:							
Razão Social:							
CNPJ:				Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)			
Endereço:							
Bairro:				Cidade:			
CEP:				E-mail:			
Telefone:							
Banco:				Conta Bancária:			
Nome e nº da agência bancária:							
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
ITEM	Descrição dos Produtos	Unid	Marca/mo- lo	Procedência	QTD.	Preço(r\$)	
						Unit.	Total
1		Und.					
						Valor por extenso (PREÇO UNITÁRIO ITEM 01):	
						Valor por extenso (PREÇO GLOBAL ITEM 01):	

Observação:

1. Os percentuais referentes a tributos deverão ser cotados de acordo com o regime de tributação de cada empresa.
 2. Os licitantes não deverão incluir o CSLL e IRPJ nas Planilhas de Preços no quadro de Tributos, conforme Acórdão 1.319/2010, 1.696/2010, 1.442/2010 e 950/2007 do Tribunal de Contas da União.
- A empresa (NOME DA EMPRESA) declara que:

- a) Nos valores das
- b) s de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;
- b) Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;
- c) Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato;
- d) Validade mínima da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação dos envelopes de proposta de preços e de documentos para habilitação à Comissão Permanente de Licitação.
- e) Prazo de entrega / execução e demais especificações de acordo com as previsões do Anexo I (Termo de Referência/).
- f) Autoriza, no caso de sagra-se vencedor do certame (no todo ou em parte), a utilização dos dados do Sr. _____, data de nascimento ____/____/____, identidade _____, CPF _____, residente e domiciliado à _____, para utilização no sistema de assinatura eletrônica do município de Prefeitura Municipal de Tefé/AM em atos ulteriores ao certame.

Local e Data

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Sócio Administrador, Diretor ou
Representante Legal Carimbo de Identificação



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DA HABILITAÇÃO**

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tefé/AM
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

A empresa XXXXXXXXXXXX, (endereço completo, CNPJ, inscrição estadual ou municipal), DECLARA, sob as penas cabíveis que cumpre todos os requisitos exigidos no Edital para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

DECLARA, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará a reparação civil das perdas e danos a Declarante.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador

15 de Junho • TEFÉ • 1855



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**ANEXO V –MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tefé/AM
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o disposto na Lei Complementar n. 123/2006, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido às Microempresa(s) e Empresa(s) de Pequeno Porte, nas licitações de bens, serviços e obras na Administração Pública Municipal Direta e Indireta, a empresa, CNPJ, legalmente representada por seu (qualificação do sócio), Sr., RG e CPF, participante do procedimento licitatório n. ..., na modalidade de ..., processo n. ..., DECLARA, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que, a empresa acima nominada cumpre todos os requisitos legais, previsto na lei, para a qualificação como Microempresa (ou Empresa de Pequeno Porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que, não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador

15 de Junho • TEFÉ • 1855



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tefé/AM
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço Completo), inscrita no CNPJ sob n.º....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e no inciso VI do artigo 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

A empresa emprega em seu quadro menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva)
Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador

15 de Junho • TEFÉ • 1855



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO EDITAL E DOCUMENTOS

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tefé/AM
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está recebeu toda a documentação, elementos e informações necessários para a elaboração de proposta de preço, vinculada ao processo licitatório acima epigrafado.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador

15 de Junho • TEFÉ • 1855



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO VIII –MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tefé/AM
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas do Art. 62 a 70 da Lei 14.133/21 e do Código Penal Art. 298 da Lei n. 2.848/1940, que a documentação e declarações apresentadas são fideis e verdadeiros.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador

15 de Junho • TEFÉ • 1855



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tefé/AM
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador

15 de Junho • TEFÉ • 1855



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tefé/AM
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

DECLARAÇÃO

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE) doravante denominada “Licitante”, para fins do disposto no Edital do Pregão Presencial n. XXX/20XX, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial n. XXX/20XX, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial n. XXX/20XX, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial n. XXX/20XX quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial n. XXX/20XX antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

15 de Junho • TEFÉ • 1855

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO XI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO

O(A) (órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) (endereço), na cidade de (cidade)/(UF), inscrito(a) no CNPJ sob o nº (CNPJ), neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº XX, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no DOU de (dia) de (mês) de (ano), portador da Matrícula Funcional nº (nº matrícula), considerando o julgamento da (licitação na modalidade de pregão, na forma Presencial), para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202....., processo administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no (Edital de licitação), sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, especificados no Termo de Referência, anexo do edital de licitação nº XX/2026, do Município de Prefeitura Municipal de Tefé/AM, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas estimadas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. As condições de manutenção preventiva e corretiva, seguro total, documentação regular e substituição em caso de pane ou sinistro estão incluídas no valor mensal registrado para cada veículo.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Prefeitura Municipal de Tefé/AM, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, responsável pela condução do procedimento licitatório e gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. Além do órgão gerenciador, não há órgãos ou entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.3.1. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata.

4.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos deste item.

Dos limites para as adesões

4.5. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.7. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.5.

4.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.5, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da Ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.4.1. Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.

ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Tefé

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021:
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, não convocando os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital de licitação.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO XII – TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) do RG nº XXXXXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX a participar da licitação instaurada pela **Prefeitura Municipal de Tefé/AM**, por intermédio da **Comissão Permanente de Licitação – CPL**, na modalidade **Pregão Presencial nº XX/2026 – SRP**, na qualidade de representante legal da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, outorgando-lhe poderes para participar do certame, pronunciar-se em nome da empresa, formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao procedimento licitatório.

Prefeitura Municipal de Tefé/AM, ____ de ____ de 2026.

(Nome do Sócio Administrador ou Diretor)
Sócio Administrador / Diretor

15 de Junho • TEFÉ • 1855



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO XIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA

Ref.: Pregão Presencial nº ____/2026 – SRP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida por _____, e do CPF nº _____,

DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no certame licitatório em epígrafe, que **não possui em seu quadro funcional servidor público ocupante de cargo efetivo, cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Prefeitura Municipal de Tefé/AM**, bem como dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. Tefé/AM, ____ de _____ de 2026.

(Nome do Representante Legal)
Representante Legal da Empresa

15 de Junho • TEFÉ • 1855